

A ARTE DO LER, CONTAR E RECONTAR NA LITERATURA INFANTIL

THE ART OF READING, TELLING AND RETELLING IN CHILDREN'S LITERATURE

FABIANA PEREIRA MARQUES¹

MARLENE FERREIRA DA SILVA²

VÍCTOR ANDRÉ PINHEIRO CANTUÁRIO³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre o ler, o contar e o recontar como elementos constituintes do ato da contação de histórias direcionadas à criança, bem como evidenciar suas diferenças. Para tanto, fez-se uso da pesquisa exploratória a fim de se compreender melhor a maneira como essas três modalidades se relacionam no ambiente da contação de histórias infantis, e caminhou-se pela pesquisa bibliográfica como procedimento para o estabelecimento de base teórica a fim de se traçar as características de cada uma; assim foram selecionados autores como Cademartori (1980), Zanotto (2003), Sisto (2007) e Ramos (2011), principalmente, e outros que possam auxiliar no desenvolvimento do artigo como Garcia (2009), Santos (2014) e Bettelheim (2015). Os resultados mostraram que, de fato, as três modalidades supracitadas mantêm uma relação intrínseca entre si e que cada uma possui sua importância para o desenvolvimento pessoal, social e cognitivo da criança, contribuindo significativamente para a construção da sua leitura de mundo. Por fim, evidenciou-se que a leitura é a primeira das etapas orientadora da arte do contar, haja vista ser por ela que se toma conhecimento do enredo da história que se pretende expor, e o recontar, portanto, caracteriza-se como a última, mas não menos importante, das etapas desse processo por ser através dele que a criança relembra e forma uma perspectiva daquilo que escutou.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil. Contação de histórias. Crianças. Memória.

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: marquesf896@gmail.com.

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: ferreiraesilva3001@gmail.com.

3 Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Campus Santana. E-mail: ve.cantuario@gmail.com.

ABSTRACT: This work has by aim to discuss the relationship between reading, telling and retelling as part of the act of telling a story appropriate to the children, as well as to show their differences. In this sense, it was used as method of inquiry exploratory research in order to better understand in which way these three modalities are put together in the children's storytelling milieu and as procedure it was chosen bibliographical research to establish theoretical basis in order to draw the singular characteristics of each one, so there were selected writers as Cademartori (1980), Zanotto (2003), Sisto (2007) and Ramos (2011) mainly and others that could help in the development of this paper like Garcia (2009), Santos (2014) and Bettelheim (2015). The results showed that indeed the three modalities keep an intrinsic relationship between themselves and that each one has its importance for the personal, social and cognitive development of the children, contributing significantly to the construction of their world as readers. Finally, it was clear that the reading is the first one of the stages in the art of telling, considering that it is through it one can get a first glance about the plot of the story someone had read, and the retelling, therefore, is the last, but not less important, stage of this process because it is in reason of it that the children recall and build a point of view about what they had listened.

KEYWORD: Children's literature. Storytelling. Children. Memory.

Introdução

Contar e recontar são artes milenares utilizadas como forma de preservar e garantir a vivacidade das memórias e das histórias culturais de um povo com o objetivo de fortalecer laços sociais e perpetuar os valores considerados fundamentais para a manutenção dos saberes de uma memória coletiva. Paralelo a isso houve a necessidade de se registrar e consolidar esses saberes culturais por meio da escrita. Nesta trilha, a respeito da contação de histórias, pode-se afirmar que muitos dos contos conhecidos hoje resultam de várias compilações feitas por autores renomados no universo da literatura infantojuvenil como Perrault, os Irmãos Grimm e Andersen.

Após o século XVIII, nota-se na bibliografia que trata do tema o reconhecimento dos escritos dos contos de fadas havendo o acréscimo nestes de características típicas dos contos ou histórias maravilhosas, mágicas e fantásticas⁴ para atrair a atenção do público por meio da sua função lúdica, eliminando o caráter conservador e moralizante que durante muito tempo imperou sobre esse gênero literário em decorrência dos condicionantes sociopolíticos de cada época.

Sob essa perspectiva, o reconhecimento dos benefícios proporcionados pela literatura infantil, especificamente no desenvolvimento da criança, é muito recente, visto a conquista e garantia dos direitos da criança ser matéria que data da primeira metade do século XIX, na Europa, momento em que a mesma deixa de ser considerada um “pequeno adulto” desprovido de tratamentos específicos para dar vez à figura de um ser social.

Com as novas formulações legais advindas da conquista de direitos no século XX a criança passa a ser vista efetivamente como sujeito de direitos cujo desenvolvimento cognitivo se dá pelos contatos e interações que mantém com os demais membros do corpo social no qual está inserida (DOMINGOS; SILVA, 2016).

Atualmente, seguindo especificações para a educação da criança (BRASIL, 1998), nota-se que a literatura infantil compreende uma ação de promoção cultural por meio da leitura, e por isso a importância de desenvolvê-la cotidianamente como elemento integrante do processo de alfabetização e letramento das crianças (COELHO; CASTRO, 2010; RODRIGUES, 2015).

4 Tratam respectivamente do maravilhoso, mágico e fantástico na literatura infantojuvenil, Held (1980), Tamés (1990), Bettelheim (2015).

Dessa forma, os momentos ou cantinhos destinados à leitura, principalmente nas escolas, são vistos como essenciais para o desenvolvimento pessoal, cognitivo e intelectual daquelas, uma vez que tais atividades exercitam a mente, despertam a imaginação e permitem a recreação e a reflexão da realidade pelos sujeitos leitores.

Nesse sentido, as histórias lidas ou escutadas pelas crianças desenvolvem nelas a capacidade de construir espontaneamente a sua linguagem, a possibilidade de assimilar elementos da escrita e contribuir para o enriquecimento significativo de seu vocabulário, o que se torna relevante para a sua inserção não meio escolar e interação social.

Diante do exposto, busca-se, como objetivo deste trabalho, analisar a relação entre o ler, o contar e o recontar como momentos essenciais para adequada apresentação de uma história, tendo auxílio adicional das estratégias de dramatização e ludicidade como ferramentas atrativas, no entanto, alguns cuidados devem ser tomados pelo educador para que esses momentos sejam satisfatórios tanto para este quanto para o público ao qual se destinará a história, os quais serão destacados adiante.

1 As influências sobre a prática de contar histórias

O ato de contar história é uma das práticas mais antiga e natural observada em comunidades tradicionais (LIMA, 2007), sendo que era através da contação enunciada pela figura de um contador que ocorria a educação dos povos conforme suas crenças e valores; por meio do método da escuta e repetição e organizados em rodas à beira do fogo – dado tratarem-se de comunidades que não faziam uso de nenhum sistema de escrita – os contos populares eram repassados oralmente de geração em geração com o objetivo de garantir a formação humana e difundir os saberes acumulados durante séculos, o que, supostamente, explicaria a carga de advertências moralizantes presentes nesses contos, os quais se destinavam aos públicos de todas as faixas etárias sem distinção.⁵

5 Barbosa (2011) constrói discussão resgatando a importância da figura do contador, suas funções e influência na e para a manutenção de culturas orais.

De acordo com Ribeiro (2014, p. 134):

na tradição, o conto existe para todos, ele faz parte de um encontro em que crianças e adultos partilham experiências. Há, inclusive, contos cujos conteúdos são complexos e picantes, ou de tal forma, sutis cujos possíveis entendimentos em muito ultrapassam os níveis de maturidade intelectual e emocional próprio dos primeiros anos de vida do indivíduo.

Assim, o que interessava era a educação para a preservação da memória cultural, não havendo censura no conteúdo ao público infantil, posto que tudo o que era transmitido estava presente na realidade de quem participava da dinâmica de organização dessas comunidades e, conseqüentemente, pelo fato de ainda não existir a concepção de criança e infância, já que se trata de período anterior ao surgimento destes conceitos no vocabulário das ciências humanas, momento em que os contos populares eram providos de conteúdos realistas pesados (CADEMARTORI, 1980).

Pouco antes do início do século XVIII, as bibliografias apontam a participação da criança diante da sociedade como um pequeno adulto em potencial; àquela eram delegadas atividades sociais e de trabalho idênticas às dos adultos, cuja intenção pautava-se em formar um ser produtivo à sociedade; com isso atropelavam-se as fases consideradas essenciais para o seu desenvolvimento, conforme os estudos em psicologia mencionados abaixo, sendo assim, à infância não se atribuía a importância de hoje, “a criança era vista como um adulto em miniatura, uma etapa a ser rapidamente ultrapassada para que o indivíduo se tornasse um ser produtivo e contribuísse efetivamente na e para a comunidade.” (REGORIN FILHO, 2009, p. 108)

Outra realidade observada, podendo ser resultado deste período, é a ideia de insignificância que caracterizou a literatura infantil; comparando-a a outros gêneros literários, as críticas tecidas faziam referência ao seu conteúdo de caráter “menor” ou “secundário”, por bastante tempo sendo posto de lado ao ser visto como um gênero imaturo e ingênuo, e por se deter em necessidades específicas ficou conhecida como a arte das intenções pedagógicas moralizantes e não das intenções literárias essenciais à formação integral da criança (GARCIA, 2009). Todavia, a sua evolução como arte trans/formadora culmina com as primeiras

concepções de criança que vão surgindo, na cultura europeia, no início do século XVIII.

Com a organização da sociedade em função da industrialização, a educação e as demais atividades referentes à mesma passam a ser consideradas distintas daquelas praticadas pelos adultos, tornando-se a criança, ao adentrar-se no século XX, sujeito de direitos⁶, dependente de necessidades e atendimentos específicos, o que não pode ser tido como sinônimo de vulnerabilidade, ao contrário, deve-se exatamente por isso visar entendimento sobre a importância que essas garantias possam vir a ter para o desenvolvimento das crianças em seus aspectos físico/motor, cognitivo, afetivo/emocional e social transcorrer adequadamente (DOMINGOS & SILVA, 2016).

Disto observa-se a ocorrência de um paralelo entre o desenvolvimento do campo da psicanálise, que por meio dos contos de fadas buscava mecanismos que pudessem ajudar a criança a se desenvolver concomitante à sua entrada na sociedade adulta, e estudos de psicologia experimental⁷ muito importantes por seguirem destacando os níveis de inteligência e os estágios do desenvolvimento humano, fatores esses essenciais e determinantes para a reformulação dos novos olhares sobre a criança e a sua literatura (COELHO, 2000; BETTELHEIM, 2015).

Seguindo a perspectiva de Santos (2014), a partir dos estudos em desenvolvimento cognitivo, começam a surgir pesquisas no campo da literatura infantil a respeito do desenvolvimento do pensamento da criança e do adolescente com vistas às suas capacidades leitoras.

Tais pesquisas permitiram concluir que o entendimento dos sujeitos no processo do ato da leitura estava interligado às suas faixas etárias, que quanto maior a idade, maior as chances de desenvolver habilidades leitoras necessárias para uma compreensão mais aprofundada da leitura, contrastando com a realidade vivenciada.

6 “No século XX, o discurso predominante sobre a infância atribuiu-lhe o estatuto de sujeito de direitos, imagem construída com base na elaboração de dispositivos legais e documentos internacionais, entre os quais: a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989)” (ANDRADE, 2010, p. 80).

7 No campo da psicologia experimental dedicada à compreensão do desenvolvimento da criança e do pensamento infantil, Ferrari (2008) destaca o pioneirismo de Edouard Claparède, e Hameline (2010) traça um panorama de suas principais contribuições nessa área.

Pode-se inferir que as atividades de leitura eram e ainda são oferecidas para atender a objetivos diversos da sociedade, portanto, as formas com que os sujeitos mencionados entram em contato com o texto literário são também as mais diversas, dependendo do momento histórico e contexto social em que estejam inseridos.

2 As características do ler, contar e recontar

O ato de ler ou escutar histórias, entende-se, vai além da esquematização da narrativa porque possibilita o desenvolvimento intelectual da criança ao lhe aguçar a criatividade para o recriar e o recontar, externando suas emoções e gestos livremente em função de todos os elementos envolvidos nesses atos.

Zanotto (2003) informa haver concordância entre educadores ao afirmarem que escutar histórias desde cedo é muito importante para o desenvolvimento da criança porque mesmo não sabendo ler, mas na condição de ouvinte, ela consegue desenvolver um esquema de texto narrativo, percebendo os momentos que indicam início, meio e fim e se envolve de determinada maneira que ao recontá-las tem convicção de que são verdadeiras, mesmo não passando de faz-de-conta, apenas alimentando sua memória, criatividade e imaginação.

Dada a importância da leitura por meio contação de histórias, ao contá-la à criança o educador deve, no primeiro momento de seu planejamento, selecioná-la, lê-la atentamente para compreender seu sentido externo, ou seja, o que o autor pretendeu transmitir de maneira objetiva, e se propõe algo a mais nas entrelinhas, a mensagem a ser repassada e a estruturação dos momentos destacados.

Assim, o ler não se reduz a um ato de decodificação, mas amplia-se ao entender aquilo que se está lendo, e para isso contar com uma prática constante de leitura é fundamental, pois quanto maior a sua frequência associada às experiências do leitor, maiores tendem a ser as possibilidades de compreensão de um enredo; nesse contexto, ela, a leitura, e, posteriormente, a releitura praticadas pelo educador facilitarão o ensino e o compartilhamento das informações que os livros/histórias contêm para com seus alunos.

Com base nessa proposição, considera-se um bom leitor, dentro do processo de ensino-aprendizagem, valendo isso tanto para o professor quanto para o alu-

no, aquele que “além de decifrar códigos é capaz de compreendê-los, ou seja, a decifração que em outros tempos definiu o leitor como capaz, já não basta, ele precisa voltar sua atenção para os significados e produzir sentidos sobre o que lê” (RAMOS, 2011, p. 19).

Tal produção de significados sobre o que se lê ocorre a partir das habilidades desenvolvidas pelo leitor, conforme o espaço/tempo, o que caracteriza o poder daquele sobre o livro; contudo, essa habilidade pode e deve ser aperfeiçoada com base no incentivo à leitura durante a infância.⁸

Dessa maneira, o comprometimento com que a escola assume a responsabilidade na alfabetização/letramento do aluno deve ser assumido pelos pais como partícipes neste processo, fazendo uso da leitura oral dos livros, bem como permitindo o contato e o manuseio deste instrumento porque “se pais e professores, especialmente, pretendem assumir a posição de agentes disseminadores da leitura, precisam gostar de ler e de contar histórias, têm de ler, e deve[m] incentivar a leitura”, com isso, para incentivar é necessário apreciar a prática do ler e contar, é dar exemplo (GARCIA, 2009, p. 2).

Passada a primeira etapa, a leitura com objetivos definidos, a história pode ser iniciada, seja de forma lida ou contada. Aqui se faz importante salientar diferenças existentes entre essas duas modalidades, uma vez que ao optar pela leitura o professor apenas emprestará a sua voz para que seja reproduzida a ideia do autor, enquanto que a contação exigirá do educador criatividade através da dramatização, de fantoches, de brincadeiras faz de conta e outros artifícios, permitindo que a criança vivencie contextos e personagens dentro da história.

É com base nessas particularidades compreendidas no ato de contar que este se relaciona à oralidade, tendo em vista as mesmas, por sua vez, constituírem-se como elemento primordial para a provocação de inquietações internas nos ouvintes através de diversos fatores que devem se alinhar para que o efeito positivo da contação se concretize na prática dessa arte, assim, identifica-se a complexidade contida nesta, pois nem todos a dominam. Segundo as palavras de Sisto (2007, p. 1), “contar história pode ser uma sinfonia. Desde que nesta

8 De acordo com Moreira (2012), a infância se estenderia do nascimento aos 10 anos, mas a formação do leitor pode ser localizada em Ribeiro et al. (*apud* FUJIMORI, OHARA, 2009), a partir de teorias que caracterizam o desenvolvimento infantil, na transição da fase pré-escolar para a escolar; transição essa que ocorreria entre os 5 e os 6 anos.

sinfonia, orquestrada com palavras, entrem todos os instrumentos: do sopro da respiração, ao metal da voz; do dedilhar do corpo, ao ribombar do olhar.”

Para que ocorra envolvimento seguido das emoções, faz-se necessário um estudo aprofundado da história a ser contada em consonância com a idade do público, pois, muito mais que uma arte, contar uma história é aliar escolha e empenho profundo com a obra, empregando a adaptação com o intuito de obter o domínio da atenção e da comunicação com o público, utilizando-se da flexibilidade e dos usos gestuais do corpo como ferramenta em conjunto com as palavras entoadas pelo contador; sendo assim, quanto mais se conhece e domina o enredo desenvolvido, ressaltando os pontos essenciais dessa história, mais interessante ela se tornará aos olhos do seu público. Em conformidade, Sisto assegura que “quem conta tem que estar disposto a criar uma cumplicidade entre a história e o ouvinte, oferecendo espaço para o ouvinte se envolver e recriar” (*apud* RAMOS, 2011, p. 39).

Logo, contar uma história não é procedimento pronto e acabado a ser posto em prática, vai além do exercício das habilidades e da performance, tudo isso se desenvolve como uma atividade constante porque contar uma história mexe com os sentidos da criança, a qual no decorrer do ato escuta, sente e questiona; portanto, quem escuta e questiona pode estar preparado para ser um sujeito leitor capaz de imaginar, criar e fazer sua leitura de mundo.

Outros aspectos relevantes para se tomar conhecimento sobre a atuação do contador ao realizar a narrativa são: a movimentação excessiva, a insegurança e a improvisação que podem prejudicar a compreensão da história. Por isso, a maneira mais indicada para a transmissão desta é a naturalidade da narrativa, que tende a se dar a partir do momento em que o contador se sentir seguro dos meandros da história.

Nesse sentido, a ideia de contar uma história se desvela no ato de recontar a mesma e ambos estão imbricados na leitura realizada e apurada pela audição do ouvinte-leitor, haja vista que possibilitam ao público a noção da estruturação da narrativa como o título, o enredo, o clímax e o desfecho, os quais podem ser lembrados e reelaborados pela criança, e isso só se torna possível por meio do contato com diversas histórias cujos enredos venham a contribuir para a esquematização e a organização cognitiva, pois o contato frequente, seja ele direto ou indireto, promove o enriquecimento das potencialidades e competências linguísticas.

É válido se dar destaque ao fato de que uma história para ser revivida, principalmente quando realizada por crianças, deve mesclar alguns dos procedimentos do contar mencionados que servem de suporte para essa ação do recontar histórias, a qual será a seguir debatida.

3 Recontar: o resgate da memória e o mundo vivido da criança

Recontar, da forma que se vem propondo em contato com o ler e o contar, como momento no qual o protagonismo da criança é pleno, resulta na partilha de uma experiência singular na qual se manifestam não apenas a capacidade de entendimento do sujeito que passa das funções de ouvinte ou leitor para a de contador, gesto este denominado de “reversibilidade de papéis” por Santos (1999, p. 64), em consonância com questões bem mais que estruturais as quais envolvem a captação do que foi contado, o entendimento dos elementos que compõem a história, a interpretação do enredo e a adaptação/transposição para um determinado público, respeitando-se as fronteiras da linguagem dessa criança, de seu vocabulário, e de seu mundo vivido⁹, mas também de uma partilha através da qual a sua personalidade é exposta a outros de maneira inevitável, visto que “cada contador coloca nas histórias um pouco de sua personalidade, priorizando passagens que, de alguma forma, dialogam mais com seu íntimo” (TORRES; TETTAMANZY, 2008, p. 5).

Retornando para avançar, ao se mencionar o contar delineando-o e tencionando compreendê-lo para estabelecer os vínculos necessários com o recontar, pretendeu-se esclarecer que reside nesta modalidade, para além do divertimento, o incentivo à imaginação, alcançando-se, em sua utilização pedagógica

9 O conceito “mundo vivido”, variação de “mundo da vida”, decalque do alemão *Lebenswelt*, tem sido vinculado ao movimento filosófico denominado fenomenologia, cuja figura de Edmund Husserl é usualmente apontada como fundador. A despeito da associação do conceito a Husserl e à fenomenologia, Moran e Cohen (2012) explicam que o termo é anterior a estes, contudo foi muito divulgado pelo filósofo alemão em seus escritos de 1917 e retomado em 1936 na publicação de *A crise da ciência europeia e a fenomenologia transcendental*. Husserl dispõe uma série de entendimentos sobre o conceito, um dos quais diz que o mundo vivido é “o único mundo real, aquele que, de fato, é dado através da percepção” (ZELIĆ, 2008, p. 413) e assim pretende-se utilizá-lo em referência à criança quando reconta uma história da qual se apropria baseada no que constitui seu mundo vivido.

outros objetivos, tais como: educar, instruir, conhecer melhor os interesses pessoais, desenvolver o raciocínio, ser ponto de partida para trabalhar algum conteúdo programático, assim podendo aumentar o interesse pela aula ou permitir a auto-identificação, favorecendo a compreensão de situações desagradáveis e ajudando a resolver conflitos. Agrada a todos sem fazer distinção de idade, classe social ou circunstância de vida (TORRES; TETTAMANZY, 2008, p. 3).

Porém, ressalte-se que não deve ser exclusividade da escola o trabalho da leitura, da contação e do reconto. O ponto de vista defendido é que justamente por se configurar como momento particular cuja realização depende da criança, sujeito ouvinte-leitor-contador, o recontar possa despertar nela sim o uso da imaginação a fim de recriar, nos diversos contextos sociais nos quais esteja inserida ou venha a se inserir, enredos ou momentos das histórias presenciadas fazendo uso da memória para resgatar o que ouviu ou leu em conjunto com as experiências que compõem o seu mundo vivido porque “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (BONDÍA, 2002, p. 21).

Ao seu turno, a memória opera função vital nesse processo porque desde a apreensão através dos sentidos da realidade exterior até a interpretação racional dos dados apreendidos, o que se guarda, satisfatório ou não, é um conteúdo que há de permanecer ao acesso do sujeito, visto que o homem, ao contrário de outros animais, enuncia Nietzsche (2003, p. 8), é incapaz do ato do esquecimento “por sempre se ver novamente preso ao que passou”. E o que podemos afirmar saber está inextricavelmente associado ao que podemos recordar, como atestado por Ong (1998).

Fundamental explicitar que na base desse evento, o recontar, há o reencontro e o retorno do momento final com seus anteriores, isto é, “*recontar* pressupõe a remissão necessária a um texto já existente [e] supõe que ela [a história] já foi contada” (SANTOS, 1999, p. 61, *itálico do autor*).

E em sendo uma história revivida, pois, vivida outras vezes, importa destacar o papel que a oralidade desempenha aí no sentido de se perceber que o recontar está principalmente no domínio do dito, resultando em ação de paráfrase deste mesmo, agora não como novo ou dito pela primeira vez, mas como um já-dito (SANTOS, 1999).

A lógica seguida pela criança, conforme a idade que se especificou acima, no ato do reconto, portanto, e levando-se em consideração os argumentos levantados – de sua compreensão de que as histórias infantis lidas ou ouvidas são formadas por momentos distintos (o início, o clímax e o desfecho), desdobrados ao longo da narrativa; de seu desenvolvimento psicossocial e linguístico, até mesmo do desenvolvimento de um senso estético para selecionar/escolher o que lhe agrada e desagrada; de suas experiências resultantes da constituição de seu mundo vivido aliados ao uso da memória – em qualquer ambiente onde desenvolva esse ato, é a de um sujeito que ao reproduzir narrativas, acrescentando nelas traços de sua personalidade e, evidentemente, refazendo o dito a partir de seu entendimento, atribui-se a função de um tradutor, se esse feito for associado ao ato de traduzir como a produção de uma versão do original, quando ao se traduzir busca-se negociar significados (ECO, 2007).

E a criança imersa na ação de interpretar a seu modo uma narrativa, recontar, negocia significados para que seu(s) ouvinte(s) venha(m) a compreender o que está sendo contado possibilitando o reinício de um processo cuja força de realização reside fundamentalmente na linguagem manifesta em sua voz.

Considerações finais

Desta forma e fazendo análise dos três momentos, ler, contar e recontar, ficou evidente a intrínseca relação estabelecida entre estes para a realização do antes, durante e depois do ato de contar histórias, contudo, anterior a este ato ocorre a preparação através das leitura e releitura praticadas pelo leitor no momento de estudo sobre a história, pois este compreende também a escolha de uma melhor forma de explanação e encenação daquela ao público, no caso deste trabalho ser desenvolvido com crianças, o que exige a inclusão de metodologias que envolvam o uso de ludicidade e desenvoltura, principalmente quando essa atividade é desenvolvida na pré-escola, lugar onde as crianças convivem por mais tempo, e além de ser o ambiente em que elas permanecem por maior parte de seu tempo ativo estimulando os sentidos no manuseio de objetos, os livros entre estes, é também um espaço no qual podem ser expostas a uma série de sensações advindas dos momentos de contação de histórias. “Nesses mo-

mentos, a performance do educador deve ser impecável, levando em consideração todas as etapas e estudos que compõem o processo da arte de contar uma história (RAMOS, 2011, p. 16).

Percebeu-se ainda que o ler adentra no contar fazendo-se constantemente presente, pois, ao mesmo tempo em que ocorre a contação, o contador também executa a leitura, haja vista que a história contada se sustenta em um roteiro escrito.

Embora a leitura seja uma modalidade mais simples em comparação com a contação da história, esta não deixa de ser uma leitura, porém mais aperfeiçoada por utilizar-se da encenação e de materiais lúdicos e pedagógicos que contribuem para uma grande teatralização.

Por outro lado, quando se dedicou a acrescentar neste trabalho a modalidade do recontar histórias, pensou-se nela a partir da perspectiva do olhar da criança, ou seja, como, depois de ter lido ou escutado a história, esta criança irá recontá-la, pois cada uma tem suas particularidades ao organizar suas ideias, dando ordem lógica na temporalidade das ações ocorridas nesta história para que faça sentido.

Dessa forma, ficou entendido que as duas etapas anteriores, ler e contar, dão suporte para a criança de como se dá o processo do contar, que além de aguçar o imaginário auxilia no seu desenvolvimento cognitivo, mas é evidente que as técnicas exigidas de um profissional para contar histórias não serão exigidas na arte do recontar por uma criança, uma vez que esta ainda não possui capacidade suficiente para fazer uso daquelas; o que ocorrerá será a explanação da história de acordo com os elementos observados por ela ou com a complementação da fantasia construída mentalmente pela mesma contidos nas experiências de seu mundo vivido e no resgate de sua memória.

Portanto, buscou-se demonstrar a arte do ler, contar e recontar na literatura infantil através da inter-relação entre essas três modalidades que são essenciais para a alfabetização/letramento da criança, em razão da sua contribuição orientada para a formação de futuros leitores e cidadãos críticos e reflexivos com interesse de atender às demandas da sociedade contemporânea.

Referências

- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [on-line]*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andra-de-9788579830853.pdf>>. Acessado em: 18 mar. 2018.
- BARBOSA, Joaquim Onésimo Ferreira. *Narrativas orais: performance e memória. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: UFAM, 2011.*
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan/fev/mar/abr. 2002.
- BRASIL. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CADEMARTORI, Ligia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- COELHO, Silmara; CASTRO, Magali. O processo de letramento na educação infantil. *Pedagogia em Ação*, v. 2, n. 2, p. 1-117, nov. 2010. p. 79-85.
- DOMINGOS, Ana Lúcia Silvério de Oliveira; SILVA, Fernanda Duarte Araújo. Concepções de criança e infância a partir da legislação brasileira. *P@rtes* (São Paulo), v. 01, p. 01-18, 2016. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/2016/04/29/concepcoes-de-crianca-e-infancia-a-partir-da-legislacao-brasileira/>>. Acessado em: 14 fev. 2018.
- ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa: experiências de tradução*. São Paulo: Record, 2007.
- FERRARI, Marco. Édouard Claparède: um pioneiro da psicologia infantil [on-line]. 01 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1827/edouard-claparde-um-pioneiro-da-psicologia-infantil>>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- GARCIA, Sílvia Craveiro Gusmão. Leitura e contação de histórias: um exercício imaginário. In: 17º COLE - Congresso de leitura do Brasil, 2009, Campinas - SP. Anais do Congresso de Leitura do Brasil. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2009. v. 1. p. 434-434.
- GREGORIN FILHO, José Nicolau. Concepção de infância e literatura infantil. *Linha d'Água*, v. único, p. 107-113, 2009.
- HAMELINE, Daniel. *Edouard Claparède*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- HELD, Jacqueline. *O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica*. São Paulo: Summus, 1980.

LIMA, Gercina Ângela Borém. A transmissão do conhecimento através do tempo: da tradição oral ao hipertexto. *Rev. Interam. Bibliot. Medellín* (Colombia), vol. 30, no. 2, julho-diciembre de 2007. p. 275-285.

MORAN, Dermot; COHEN, Joseph. *The Husserl dictionary*. New York: Continuum International Publishing Group, 2012.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. Desenvolvimento e crescimento humano: da concepção à puberdade. In: _____. *Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual [on-line]*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 113-123. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7z56d/pdf/moreira-9788523211578-11.pdf>>. Acessado em: 07 ago. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003 (Conexões, 20).

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

RAMOS, Ana Cláudia. *Contação de histórias: um caminho para a formação de leitores?* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina: Centro de Educação, Comunicação e Artes. Londrina, PR, 2011.

RIBEIRO, Moneda Oliveira et al. Desenvolvimento infantil: a criança nas diferentes etapas de sua vida. In: FUJIMORI, Elizabeth; OHARA, Conceição Vieira da Silva (Org.). *Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica*. 1. ed. Barueri: Manole, 2009. p. 61-91.

RODRIGUES, Suzana Machado. A prática de leitura na educação infantil como incentivo na formação de futuros leitores. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 6, n. 2 (15. ed.), número regular, p. 241-249, jun./jul. 2015. p. 241-249.

SANTOS, Fabrícia dos. *A literatura infantojuvenil na Bahia: rumos e perspectivas contemporâneas*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2014.

SANTOS, Sandoval Nonato Gomes. *O gesto de recontar histórias: gêneros discursivos e produção escolar da escrita*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1999.

SISTO, Celso. Contar histórias, uma arte maior. In: MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes & MORAES, Taiza Mara Rauen (orgs.). *Memorial do Proler: Joinville e resumos do Seminário de Estudos da Linguagem*. Joinville, UNIVILLE, 2007. p. 39-41.

TAMÉS, Román López. *Introducción a la literatura infantil*. 2. ed. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1990.

TORRES, Shirlei Milene; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Contação de histórias: resgate da memória e estímulo à imaginação. *Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas*. PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre - vol. 04, n. 01 - jan./jun. 2008. p. 1-8.

ZANOTTO, Maria Angélica do Carmo. *Recontar histórias: atividade é importante a ser desenvolvida com crianças pré-escolares*. Revista do Professor, Porto Alegre, 19 (74): 5-9, abr./jun. 2003.

ZELIĆ, Tomislav. *On the phenomenology of the life-world*. Synthesis Philosophica, 46, 2/2008. p. 413-426. Disponível em: <<https://hrcak.srce.hr/file/58496>>. Acessado em: 9 ago. 2018.